Objetivo do curso:

Capacitar e preparar os agentes públicos e servidores públicos municipais bem como os controladores, com objetivo de apresentar conteúdo favorável ao aperfeiçoamento teórico e prático desta importante função constitucional mediante discussão sobre assuntos relevantes, além de apresentar posicionamentos contemporâneos diante dos riscos da atualidade. Com a introdução dos conceitos e suas relações institucionais, possibilitará a reestruturação e revisão normativa das Câmaras Municipais – potencializando a atuação dos vereadores, através da revisão de tarefas ligadas ao efetivo controle da administração pública, com tópicos práticos para melhor eficácia no seu aperfeiçoamento profissional, por consequência, a melhoria da gestão através do aprofundamento do assunto e relevantes discussões, além de apresentar posicionamentos contemporâneos diante dos riscos da atualidade.

Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Chefes de Gabinetes, Assessores Parlamentares, Assessores Legislativos, Advogados, Contadores, Controladores, Assessores Jurídicos, Procuradores, Técnicos e demais servidores públicos e equiparados da Administração Direta e Indireta, que estejam atuando no objeto do estudo, bem como, os agentes políticos municipais.

UNICURSOS

NOVA LEI DE LICITAÇÕES
COMO IMPLEMENTAR A LEI14.133/2021

DATA:
22, 23 e 24 de junho

LOCAL:
HOTEL METRÓPOLE – AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 470 – ZONA 01 – MARINGÁ, PARANÁ.

HORÁRIOS

22 de junho 2022 – QUARTA-FEIRA
Das 14h00 às 17h00

23 de junho 2022 – QUINTA-FEIRA
Das 08h30 às 12h00
Das 14h00 às 17h00

24 de junho 2022 – SEXTA-FEIRA
Das 08h30 às 11h00

CARGA HORÁRIA TOTAL
12horas

Público Alvo:

- ☑ Advogados,
- ☑ Assessores Parlamentares,
- ☑ Assessores Legislativos,
- ☑ Assessores Jurídicos,
- ☑ Contadores,
- ☑ Controladores,
- ☑ Chefes de Gabinetes,
- ☑ Presidentes de Câmaras Municipais,
- ☑ Procuradores.
- ☑ Vereadores,
- ☑ Técnicos e demais servidores públicos e equiparados da Administração Direta e Indireta, que estejam atuando no objeto do estudo, bem como, os agentes políticos municipais.

Professor Ministrante

Caio Alexandro Lopez Kaiel

- ☑ Advogado,
- ☑ Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná com ênfase em Direito Público,
- ☑ Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA,
- ☑ Pós Graduado em Direito Administrativo, Governança Estratégica e Desenvolvimento Municipal.
- ☑ Palestrante,
- ☑ Consultor atuante no contencioso de contas públicas perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO:

- Apresentação do tema e Noções introdutórias;
- Cenário atual e atualidades sobre a função fiscalizatória;

1.Fundamentos legais da atividade de controle e fiscalização municipal na atuação do Poder Legislativo;

2.Síntese sobre as formas de controle – diferenciando as competências;

2.1. O Controle Externo exercido pela Câmara Municipal;
2.2. Tribunal de Contas como órgão auxiliar;
2.3. O Controle Interno Municipal;

3.Fundamentos legais da atividade de prestação de contas:

3.1. Constituição Federal;
3.2. Constituição Estadual;
3.3. Lei Orgânica Municipal;
3.4. Lei n° 4.320/64;
3.5. Lei de Responsabilidade Fiscal;

4.Responsabilidades na atuação do vereador;
5.Relacionamento com o Controle Interno Municipal;
.Relação entre jurisdicionados e o Tribunal de Contas;

Conteúdo Programático

7.Regimes jurídicos de contas públicas e a nova atuação das Câmaras:

7.1. Julgamento das contas de governo;

72. A necessária implantação do Julgamento das contas de gestão nas Câmaras – transferências voluntárias e erário municipal sob responsabilidade;

7.3. STF e Tribunal de Justiça e as competências do TCEPR;

7.3.1. Atos Executórios pelas Câmaras Municipais;

7.3.2. Revisão judicial do julgamento da Câmara;

8.Atuação do Tribunal de Contas.

8.1. Discussão de Atos Normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;82.2. Plano Estratégico do Tribunal de Contas (IN 165 de 4 de novembro de 2021);

8.3. Desmistificando o Termo de Ajustamento de Gestão – TAG;

8.4. Regularização no processo de contas – Súmula nº 08-TCEPR;

8.5. Contas dos prefeitos e gestores públicos de acordo com a LC nº 113/2005;

8.6. Prestação de Contas 2021 na Instrução Normativa nº 169/2021, responsabilidades do Controle Interno e acompanhamento da Câmara;

Conteúdo Programático

8.7. Relatório do Controle Interno na prática fiscalizatória do vereador;

9. A Transparência Pública – ITP;

9.1. Procedimentos relativos à Transparência Pública (artigos 37, 38 e 42 da IN 89/13);

9.2. O Cumprimento da Agenda de Obrigações (IN 166 de 10 de novembro de 2021);

9.3. Avaliação do Portal Transparência;

10. Regras de penalizações: Aplicação de multas e sanções pelo TCEPR;

11. Verificação prática de processos de prestação de contas;

12. Aperfeiçoamento da atuação do Vereador sobre desaprovação de contas – como analisar o Parecer Prévio do TCEPR:

12.1. Limites Constitucionais em Saúde e Educação;

12.2. Resultado financeiro deficitário das fontes não vinculadas (artigo 9° da LC 101);

12.3. Divergência de valores ativo/passivo do balanço patrimonial;

Conteúdo Programático

12.4. Responsáveis por despesas não empenhadas;

12.5. Déficit das obrigações financeiras frente às disponibilidades;

12.6. Falhas na publicação de informações;

12.7. Restos a pagar e o artigo 42 da LC 101;

12.8. Restos a Pagar não processados;

12.9. Restos a Pagar processados;

13. Demonstração de ferramentas e métodos de controle;

14. Cuidados com o Patrimônio: Frotas, diárias, inservíveis, etc.

15. Gastos com Pessoal;

15.1. Reavaliando os limites, vedações e revisão geral dos gastos com Pessoal;

15.2. Tendências e responsabilizações pós-covid;

15.3. Remuneração dos agentes políticos na análise de contas em 2022;

15.4. Regras de correções e aumentos excessivos – estudo de casos;

15.5. Limite do subsídio do Presidente da Câmara (Acórdão n° 429/19-TP-TCEPR)

Conteúdo Programático

15.6. Extrapolação na correção inflacionária e as disponibilidades;

16. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Planejamento Orçamentário:

16.1. Execução Orçamentária e o Cumprimento das Metas;

16.2. Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO;

16.3. Relatório de Gestão Fiscal – RFG;

16.4. Arrecadação Pública e Renúncia de Receita;

16.5. A correta realização da Despesa Pública;

17.Metodologia e processo de julgamento de contas na Câmara Municipal – como evitar falhas;

18.Governança Pública e as Tendências na administração municipal.

UNICURSOS

Investimento:

R$ 990,00 / por participante

Inclui:

- Evento presencial com vagas limitadas
- Carga horária - 12hs
- Apostila
- Certificado de participação*
- Coffee break
- Networking

A UNICURSOS reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

* "O certificado de participação do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula".

Pagamento:

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de UNICURSOS inscrita no CNPJ no CNPJ: 19.949.769/0001-89

BANCO DO BRASIL
Banco do Brasil –
Ag 1433-8
CC 54.542-2

Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: ou unicursoscapacitacao@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Telefone 41-3018-1802
WhatsApp 41-9950-5578
Email: unicursoscapacitacao@outlook.com
unicursoscuritiba Unicursos Curitiba
www.unicursoscuritiba.com.br

UNICURSOS

Especialista em Cursos e Treinamentos para profissionais da Administração Pública.